

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

**SICOOB CENTRAL SC/RS**

30 de junho de 2022



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS  
SICOOB CENTRAL SC/RS  
CNPJ: 80.160.260/0001-63  
BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de Reais

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		<b>11.490.528</b>	<b>9.583.557</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>4.982</b>	<b>3</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>11.076.471</b>	<b>9.199.444</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	8.756.055	6.885.301
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.976.242	1.795.508
Relações Interfinanceiras	7	223.728	310.960
Repasses Interfinanceiros		223.728	310.960
Operações de Crédito	8	116.643	203.931
Outros Ativos Financeiros	9	3.804	3.744
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(141)</b>	<b>(170)</b>
(-) Operações de Crédito	8	(120)	(71)
(-) Outras	10	(21)	(99)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>11</b>	<b>63</b>	<b>16</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>12</b>	<b>48.857</b>	<b>49.742</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>13</b>	<b>354.505</b>	<b>328.300</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>14</b>	<b>9.103</b>	<b>8.762</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>15</b>	<b>14.224</b>	<b>14.224</b>
<b>(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(17.536)</b>	<b>(16.764)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.490.528</b>	<b>9.583.557</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.490.528</b>	<b>9.583.557</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>16</b>	<b>1.320.525</b>	<b>1.524.671</b>
Depósitos à Vista		3.726	133.129
Depósitos Sob Aviso		830	788
Depósitos a Prazo		1.315.970	1.390.754
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>9.318.820</b>	<b>7.353.206</b>
Relações Interfinanceiras	17	9.311.503	7.343.333
Centralização Financeira - Cooperativas		9.311.503	7.343.333
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18	7.272	9.771
Outros Passivos Financeiros	19	45	102
<b>PROVISÕES</b>	<b>21</b>	<b>4.222</b>	<b>4.152</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>22</b>	<b>996</b>	<b>1.151</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>23</b>	<b>153.166</b>	<b>111.810</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>692.800</b>	<b>588.567</b>
CAPITAL SOCIAL	24.1	483.033	421.516
RESERVAS DE SOBRAS	24.2 24.3	180.387	158.217
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	24.4	(2.443)	(3.478)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	24.5	31.823	12.312
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.490.528</b>	<b>9.583.557</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**CNPJ: 80.160.260/0001-63**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS**

Em milhares de Reais

	Notas	30/06/2022	30/06/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>528.975</b>	<b>113.194</b>
Operações de Crédito	25	16.803	6.448
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	418.991	88.122
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6b	93.181	18.605
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	19
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>26</b>	<b>(523.519)</b>	<b>(111.324)</b>
Operações de Captação no Mercado	16d	(70.054)	(21.590)
Operações de Empréstimos e Repasses	18a	(101)	(122)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(453.393)	(89.737)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		29	125
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>5.456</b>	<b>1.870</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>27.142</b>	<b>23.901</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27	84	15
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(16.186)	(13.930)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(16.066)	(12.271)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30	(179)	(135)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		24.184	21.115
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	36.567	29.472
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32	(1.262)	(365)
<b>PROVISÕES</b>	<b>33</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(1)	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>32.597</b>	<b>25.771</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>34</b>	<b>74</b>	<b>111</b>
Outras Rendas Não Operacionais		222	156
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(148)	(45)
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>32.671</b>	<b>25.882</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(57)</b>	<b>(34)</b>
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(31)	(17)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(26)	(17)
<b>PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS</b>		<b>(792)</b>	<b>(704)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>31.822</b>	<b>25.144</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**CNPJ: 80.160.260/0001-63**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em milhares de Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>421.516</b>	<b>84.813</b>	<b>16.056</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>19.616</b>	<b>542.011</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>								
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	19.616	-	-	-	-	(19.616)	-
Constituição de Reservas	-	(105.195)	-	105.195	-	-	-	-
<b>Outros Eventos/Reservas Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	<b>-</b>	<b>766</b>	<b>-</b>	<b>8.379</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.145</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.919)</b>	<b>-</b>	<b>(6.919)</b>
<b>Saldos em 30/06/2021</b>	<b>421.516</b>	<b>-</b>	<b>16.056</b>	<b>113.574</b>	<b>10</b>	<b>(6.919)</b>	<b>25.144</b>	<b>569.381</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>421.516</b>	<b>-</b>	<b>20.176</b>	<b>138.030</b>	<b>10</b>	<b>(3.478)</b>	<b>12.312</b>	<b>588.567</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>								
Constituição de Reservas	-	-	-	12.312	-	-	(12.312)	-
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.858</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.858</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>								
Por Subscrição/Realização	94.247	-	-	-	-	-	-	94.247
Por Devolução (-)	(32.730)	-	-	-	-	-	-	(32.730)
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.823</b>	<b>31.823</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.035</b>	<b>-</b>	<b>1.035</b>
<b>Saldos em 30/06/2022</b>	<b>483.033</b>	<b>-</b>	<b>20.176</b>	<b>160.200</b>	<b>10</b>	<b>(2.443)</b>	<b>31.823</b>	<b>692.800</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS  
SICOOB CENTRAL SC/RS  
CNPJ: 80.160.260/0001-63  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de Reais

	30/06/2022	30/06/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>32.671</b>	<b>25.882</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(24.184)	(21.115)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(29)	(125)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	1	-
Atualização de Depósitos em Garantia	(69)	(16)
Depreciações e Amortizações	773	609
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>9.163</b>	<b>5.235</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(168.137)	(341.589)
Títulos e Valores Mobiliários	260.119	(2.833)
Relações Interfinanceiras	87.232	(173.737)
Operações de Crédito	87.289	(3.673)
Outros Ativos Financeiros	9	(2)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(47)	(19)
Outros Ativos	885	(1.337)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>		
Depósitos à Vista	(129.403)	25.215
Depósitos sob Aviso	42	10
Depósitos à Prazo	(74.785)	82.840
Relações Interfinanceiras	1.968.171	(138.765)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.500)	(3.320)
Outros Passivos Financeiros	(57)	(1)
Provisões	69	16
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(156)	(157)
Outros Passivos	40.564	11.062
Imposto de Renda	(31)	(17)
Contribuição Social	(26)	(17)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.078.401</b>	<b>(541.089)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(342)	(433)
Aquisição de Investimentos	(986)	(53)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.328)</b>	<b>(486)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Aumento por novos aportes de Capital	94.247	-
Devolução de Capital à Cooperados	(32.730)	-
Outros Eventos/Reservas	9.858	9.145
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>71.375</b>	<b>9.145</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.148.448</b>	<b>(532.430)</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	5.619.073	6.418.477
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	7.767.522	5.886.045
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.148.449</b>	<b>(532.432)</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS  
SICOOB CENTRAL SC/RS  
CNPJ: 80.160.260/0001-63  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de Reais

	30/06/2022	30/06/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>31.822</b>	<b>25.144</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>1.035</b>	<b>(6.919)</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o Resultado</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	1.035	(6.919)
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>32.857</b>	<b>18.225</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

Em Milhares de Reais

#### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS é uma sociedade cooperativa, fundada em 08/11/1985, componente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – CENTRO CORPORATIVO SICOOB, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Está integrada à CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – CENTRO CORPORATIVO SICOOB e é uma das acionistas do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB, tendo controle compartilhado sobre ele.

O SICOOB CENTRAL SC/RS possui 38 cooperativas singulares filiadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as representa perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A partir de maio/2021, conforme a metodologia IRRBB – *Interest Rate Risk of Bankig Book* para mensurar o risco de mercado, o SICOOB CENTRAL SC/RS subiu uma classificação na segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, passando de S4 para S3. No item 37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros desta Nota Explicativa, constam maiores informações sobre a alteração.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas), a Lei do Cooperativismo (nº 5.764/1971) e normas e instruções do BCB, apresentadas conforme o *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*; sua aprovação foi realizada pela Diretoria Executiva em 08/08/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações contábeis.



## 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

**Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020:** a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

**Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020:** a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

**Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020:** a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

**Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021:** a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

**Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021:** a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.



**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

#### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

- i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;
- ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;
- iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;
- iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;
- v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;
- vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;
- vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;
- viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

**Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

**Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS** contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Mesmo com o ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS**, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

- Manutenção do comitê de crise, com o objetivo de avaliar o cenário da pandemia e definir as ações a serem tomadas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** para continuidade de seus negócios;
- Investimentos em tecnologia para permitir o trabalho remoto com segurança e qualidade;
- Manutenção do trabalho remoto para os funcionários do grupo de risco e, quando necessário, para todo o quadro funcional;
- Adoção das medidas sanitárias definidas pelas autoridades competentes;
- Comunicação frequente com o quadro funcional e com as cooperativas filiadas sobre o cenário de pandemia;
- Manutenção de reuniões, assembleias e treinamentos de forma virtual;
- Revisão do Plano de Continuidade Operacional (PCO) para epidemias e/ou pandemias.

### **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

#### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

#### **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável.

#### **f) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

#### **h) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **i) Investimentos**

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

#### **j) Imobilizado de Uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

#### **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

## **I) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

### **m) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

### **n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

### **o) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

### **p) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

### **q) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

### **r) Provisões**

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

### **t) Obrigações Legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

### **u) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações

realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

#### v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2022** não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

#### y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2022**.

## 4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Caixa e depósitos bancários	4.982	4.556
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	6.836.760	5.474.989
Títulos e Valores Mobiliários (a)	925.780	406.500
<b>TOTAL</b>	<b>7.767.522</b>	<b>5.886.045</b>

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Não Ligadas	7.272.130	1.483.925	5.662.731	1.219.379
Não Ligadas Com Garantia	-	-	3.190	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.272.130</b>	<b>1.483.925</b>	<b>5.665.921</b>	<b>1.219.379</b>

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI com remuneração entre 98% e 110% do CDI.

a) Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Não Ligadas	6.836.760	435.370	1.483.925	8.756.055
<b>TOTAL</b>	<b>6.836.760</b>	<b>435.370</b>	<b>1.483.925</b>	<b>8.756.055</b>

b) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em **30 de junho de 2022** e **2021**, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	418.991	88.122

## 6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	1.013.662	354.982	349.599	947.909
Cotas de Fundos de Investimento	593.817	-	484.927	-
Títulos dados em Garantia - Outros	13.780	-	-	13.073
<b>TOTAL</b>	<b>1.621.260</b>	<b>354.982</b>	<b>834.526</b>	<b>960.982</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e Cotas de Fundo de Renda Fixa, com remuneração entre 100% e 128% do CDI.

a) Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	331.963	681.699	354.982	1.368.644
Cotas de Fundos de Investimento	593.817	-	-	593.817
Títulos dados em Garantia - Outros	-	13.780	-	13.780
<b>TOTAL</b>	<b>925.780</b>	<b>695.480</b>	<b>354.982</b>	<b>1.976.242</b>

b) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em **30 de junho de 2022** e **2021**, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	71.136	15.664
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	22.045	2.941
<b>TOTAL</b>	<b>93.181</b>	<b>18.605</b>



## 7. Repasses Interfinanceiros

Em 30 de junho de 2022 e 2021, os repasses interfinanceiros estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por Repasses de Recursos do Crédito Rural	44.075	173.420	113.777	197.184
Devedores por Repasses de Outros Recursos	6.118	115	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>50.193</b>	<b>173.535</b>	<b>113.777</b>	<b>197.184</b>

## 8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	93.402	23.241	116.643	181.537	22.394	203.931
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>93.402</b>	<b>23.241</b>	<b>116.643</b>	<b>181.537</b>	<b>22.394</b>	<b>203.931</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(48)	(72)	(120)	(34)	(37)	(71)
<b>TOTAL</b>	<b>93.353</b>	<b>23.169</b>	<b>116.523</b>	<b>181.503</b>	<b>22.357</b>	<b>203.860</b>

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	92.881	92.881	-	189.994	-
A	0,5%	Normal	23.459	23.459	(117)	13.637	(68)
B	1%	Normal	304	304	(3)	300	(3)
<b>Total Normal</b>			<b>116.643</b>	<b>116.643</b>	<b>120</b>	<b>203.931</b>	<b>(71)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>116.643</b>	<b>116.643</b>	<b>120</b>	<b>203.931</b>	<b>(71)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(120)</b>	<b>(120)</b>	<b>-</b>	<b>(71)</b>	<b>-</b>
<b>Total Líquido</b>			<b>116.523</b>	<b>116.523</b>	<b>-</b>	<b>203.860</b>	<b>-</b>

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.273	88.129	23.241	116.643
<b>TOTAL</b>	<b>5.273</b>	<b>88.129</b>	<b>23.241</b>	<b>116.643</b>

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	71	168
Constituições/Reversões no período	49	(97)
Transferência para prejuízo no período	-	-
Saldo Final	120	71

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	54.402	15,98%	71.794	35,20%
10 Maiores Devedores	270.472	79,46%	147.439	72,30%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.567	1.567
Valor das operações transferidas no período	-	-
Valor das operações recuperadas no período	-	-
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	-
Valor das operações renegociadas no período	-	-
Saldo Final	1.567	1.567

## 9. Outros Ativos Financeiros

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Não Circulante		Não Circulante	
Devedores por Depósitos em Garantia (a)		3.804		3.744
<b>TOTAL</b>		<b>3.804</b>		<b>3.744</b>

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 1.738); Cofins (R\$ 2.045) e outros (R\$ 21).

## 10. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Perdas em Repasses Interfinanceiros	(9)	(12)	(36)	(63)
<b>TOTAL</b>	<b>(9)</b>	<b>(12)</b>	<b>(36)</b>	<b>(63)</b>

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	219.536	219.536		291.230	
A	0,5%	Normal	4.191	4.191	(21)	19.730	(99)
<b>Total Normal</b>			<b>223.728</b>	<b>223.728</b>	<b>(21)</b>	<b>310.960</b>	<b>(99)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>223.728</b>	<b>223.728</b>	<b>(21)</b>	<b>310.960</b>	<b>(99)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(21)</b>	<b>(21)</b>		<b>(99)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>223.707</b>	<b>223.707</b>		<b>310.861</b>	

## 11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante		Circulante	
Impostos e Contribuições a Compensar		63		16
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>		<b>16</b>

## 12. Outros Ativos

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante		Circulante	
Adiantamentos e Antecipações Salariais		701		107
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)		43.762		44.189
Pagamentos a Ressarcir (b)		633		2.300
Devedores Diversos – País (c)		2.362		2.292
Material em Estoque		146		189
Despesas Antecipadas (d)		1.265		676
Sem Característica de Concessão de Crédito		(11)		(11)
<b>TOTAL</b>		<b>48.857</b>		<b>49.742</b>

(a) Refere-se, substancialmente, a participação na controlada Sicoob SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, referente ao período de janeiro a junho de 2022, que totaliza R\$ 43.394, que é distribuído para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

(b) Em pagamentos a ressarcir registram-se os valores de pagamentos efetuados pela Central que serão posteriormente rateados entre as singulares filiadas.

(c) Refere-se, substancialmente, a participação no Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio do SICOOB Confederação.

(d) Registram-se no grupo as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, IPTU, processamentos de dados, contribuição cooperativista e licenças de software.

### 13. Investimentos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Partic. em Inst. Financ. Controlada por Coop. Crédito (a)	312.269	286.064
Part. em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	41.527	41.527
Participação em Emp. Cont. por Coop. Central Crédito	709	709
<b>TOTAL</b>	<b>354.505</b>	<b>328.300</b>

(a) O saldo é representado, substancialmente, por ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB. As ações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e houve integralização de ações no período, o que resultou na variação do valor no 1º semestre de 2022.

### 14. Imobilizado de Uso

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2022	31/12/2021
Instalações	10%	652	652
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.403	2.393
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.908	4.578
Sistema de Segurança	10%	472	470
Sistema de Transporte	20%	96	96
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		573	573
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>9.103</b>	<b>8.762</b>
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(248)	(216)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.946)	(3.432)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(56)	(46)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(419)	(386)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(4.669)</b>	<b>(4.080)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.434</b>	<b>4.682</b>

### 15. Intangível

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	2.245	2.245
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	11.978	11.978
<b>Total de Intangível</b>	<b>14.224</b>	<b>14.224</b>
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(12.867)	(12.684)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>	<b>(12.867)</b>	<b>(12.684)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.357</b>	<b>1.540</b>

## 16. Depósitos

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Depósito à Vista (a)	3.726	133.129
Depósito Sob Aviso	830	788
Depósito a Prazo (b)	1.315.970	1.390.754
<b>TOTAL</b>	<b>1.320.525</b>	<b>1.524.671</b>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	1.898.439	17,87%	1.414.341	15,95%
10 Maiores Depositantes	6.477.304	60,97%	5.243.299	59,13%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(42)	(10)
Despesas de Depósitos a Prazo	(70.012)	(21.580)
<b>TOTAL</b>	<b>(70.054)</b>	<b>(21.590)</b>

## 17. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média do 1º semestre de **2022**, equivalem a 0,90% do CDI (**2021** – 0,36%).

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	9.311.503	7.343.333
<b>TOTAL</b>	<b>9.311.503</b>	<b>7.343.333</b>

## 18. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, estavam assim compostos:

Instituições	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Obrigações por Repasses - Microcrédito BADESC	1.021	1.019
Obrigações por Repasses - Microcrédito BRDE	6.250	8.450
Obrigações por Repasses - Itaú	-	302
<b>TOTAL</b>	<b>7.272</b>	<b>9.771</b>

a) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Outras Instituições	(101)	(122)
<b>TOTAL</b>	<b>(101)</b>	<b>(122)</b>

## 19. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Central são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	45	102
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>102</b>

## 20. Instrumentos Financeiros

A **SICOOB CENTRAL SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 21. Provisões

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1	-
Provisão Para Contingências (b)	4.221	4.152
<b>TOTAL</b>	<b>4.222</b>	<b>4.152</b>

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Central, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	354	207
<b>TOTAL</b>	<b>354</b>	<b>207</b>

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Central, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	1.631	1.738	1.601	1.708
COFINS	2.045	2.045	2.006	2.006
Trabalhistas	545	21	545	30
<b>TOTAL</b>	<b>4.221</b>	<b>3.804</b>	<b>4.152</b>	<b>3.744</b>

Segundo a assessoria jurídica da **SICOOB CENTRAL SC/RS**, existem processos judiciais nos quais a Central figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 3.087. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

## 22. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	51	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	19	28
Impostos e Contribuições sobre Salários	926	1.123
<b>TOTAL</b>	<b>996</b>	<b>1.151</b>

## 23. Outros Passivos

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	7.979	8.590
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	2	2
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	9.898	4.594
Credores Diversos – País (c)	135.288	98.624
<b>TOTAL</b>	<b>153.166</b>	<b>111.810</b>

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Gratificações e Participações a Pagar (a.1)	797	1.409
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	7.182	7.182
<b>TOTAL</b>	<b>7.979</b>	<b>8.590</b>

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de Programa de Participação nos Resultados, com regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, no qual estabelece os critérios para elegibilidade e pagamento, condicionados à realização mínima de resultado estabelecido no regulamento.;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.



(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 4.679) e outros (R\$ 5.218) que é, substancialmente, representado por valores a pagar referente a Propaganda e Publicidade (R\$ 4.465).

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Saldo Credores - Encerramento C/C (R\$ 53) e outros (R\$ 135.234), substancialmente, referente ao valor para repasse líquido da remuneração da centralização financeira e rateio das despesas administrativas de junho (R\$ 89.079), e a participação nas controladas SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, referente ao período 1º semestre de 2022 (R\$ 43.394) e é distribuído para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

## 24. Patrimônio líquido

### 24.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 3,00 (três reais) cada e integralizado por suas Cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Capital Social (a)	483.033	421.516
Associados	38	38

(a) A variação apresentada, refere-se à integralização de Capital Social, realizada pelas cooperativas singulares filiadas, em 06/2022.

### 24.2 Reserva de Sobras – Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% (dez por cento) quando do encerramento do exercício social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### 24.3 Reserva de Sobras – Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações estatutárias obrigatórias no percentual mínimo de 35% (trinta e cinco por cento), podendo destinar-se até 100% (cem por cento) das sobras líquidas do exercício, se assim definido pela Assembleia Geral.

Além dos recursos previstos estatutariamente, o FEF poderá ser acrescido com contribuições espontâneas, operacionais, devolução dos valores fornecidos as cooperativas filiadas ao SICOOB CENTRAL SC/RS, e outras fontes, mediante autorizações das cooperativas participantes do SICOOB CENTRAL SC/RS, em conformidade com as disposições em regulamento próprio do fundo, aprovado pelo Conselho de Administração.

As movimentações demonstradas na DMPL estão assim compostas:

Fundo de Estabilidade Financeira	30/06/2022	30/06/2021
<b>1-Saldo Inicial</b>	<b>138.030</b>	<b>84.813</b>
<b>2-Destinações de Sobras Exercício Anterior</b>	<b>12.312</b>	<b>19.616</b>
<b>3-Outros Eventos/Reservas</b>	<b>9.858</b>	<b>9.145</b>
FEF - SICOOB Central SC/RS - Atualização Monetária	2.010	1.562
FEF - SICOOB Central SC/RS - Amortização	7.849	7.583
<b>TOTAL</b>	<b>160.200</b>	<b>113.574</b>

### 24.4 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2022, a SICOOB CENTRAL SC/RS realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

## 24.5 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2022 as singulares filiadas deliberaram a destinação da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, no valor de R\$ 12.312, para o FEF – Fundo de Estabilidade Financeira.

As sobras do **1º semestre de 2022**, no valor de R\$ 31.822, permanecerão na conta “Sobras ou Perdas Acumuladas”, de forma acumulada até 31/12/2022, quando ocorrerão as destinações legais e estatutárias.

## 25. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Empréstimos	6.782	1.239
Rendas de Financiamentos	-	14
Rendas De Repasses Interfinanceiros	10.022	5.195
<b>TOTAL</b>	<b>16.803</b>	<b>6.448</b>

## 26. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas De Captação	(70.054)	(21.590)
Despesas De Obrigações por Empréstimos e Repasses	(101)	(122)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(453.393)	(89.737)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	29	82
Reversões de Provisões para Repasses Interfinanceiros	99	206
Reversões de Provisões para Outros Créditos	-	1
Provisões para Operações de Crédito	(78)	(53)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	(21)	(110)
<b>TOTAL</b>	<b>(523.519)</b>	<b>(111.324)</b>

## 27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Outros Serviços	84	15
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>15</b>

## 28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(34)	(35)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(587)	(537)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.339)	(2.549)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.375)	(2.772)
Despesas de Pessoal - Proventos	(9.837)	(7.899)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(129)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(13)	(9)
<b>TOTAL</b>	<b>(16.186)</b>	<b>(13.930)</b>

## 29. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(123)	(86)
Despesas de Aluguéis	(606)	(478)
Despesas de Comunicações	(381)	(312)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(89)	(118)
Despesas de Material	(35)	(38)
Despesas de Processamento de Dados	(1.054)	(1.068)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(106)	(53)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(9.516)	(6.745)
Despesas de Publicações	(45)	(44)
Despesas de Seguros	(37)	(35)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(568)	(590)
Despesas de Serviços de Terceiros	(855)	(761)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(39)	(34)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(216)	(159)
Despesas de Transporte	(50)	(53)
Despesas de Viagem no País	(267)	(73)
Despesas de Amortização	(183)	(47)
Despesas de Depreciação	(590)	(562)
Outras Despesas Administrativas	(1.305)	(1.017)
<b>TOTAL</b>	<b>(16.066)</b>	<b>(12.271)</b>

## 30. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas Tributárias	(71)	(56)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(6)	(1)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(5)	(1)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(96)	(78)
<b>TOTAL</b>	<b>(179)</b>	<b>(135)</b>

## 31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	2.050	1.905
Atualização depósitos judiciais	69	16
Outras rendas operacionais (a)	34.406	27.551
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	43	-
<b>TOTAL</b>	<b>36.567</b>	<b>29.472</b>

(a) Valor representado substancialmente pela receita relativa ao rateio de despesas da Central entre as filiadas.

## 32. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Outras Despesas Operacionais	(169)	(365)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(15)	-
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.077)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(365)</b>

## 33. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisões para Garantias Prestadas	(1)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>

## 34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Outras Rendas não Operacionais	222	156
(-) Outras Despesas não Operacionais	(148)	(45)
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>111</b>

### 35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no 1º semestre de 2022, foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” no valor de R\$ 19 (dezenove mil reais), equivalente as despesas incorridas no período na realização das ações para evitar a propagação do Novo Coronavírus, conforme informado na nota 2.2.

### 36. Transações com Partes Relacionadas

#### a) Remuneração do pessoal chave da administração

No quadro abaixo estão apresentadas as remunerações e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, que inclui os membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, conforme Lei 5.764/1971 art. 44:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE		
Descrição	30/06/2022	30/06/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(120)	(104)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(587)	(537)
F.G.T.S. Diretoria	(48)	(45)

#### b) Principais saldos e transações com instituições relacionadas

A seguir as transações da **SICOOB CENTRAL SC/RS** realizadas com instituições relacionadas, efetuadas a taxas e condições usuais de mercado.

Banco Sicoob		
Transação	30/06/2022	30/06/2021
<b>Ativos</b>		
Depósitos Bancários	4.982	4.556
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.756.055	6.691.388
Títulos e Valores Mobiliários	593.817	373.451
<b>Receita</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	418.260	87.435
Títulos e Valores Mobiliários	22.045	2.941
<b>Despesas</b>		
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	(528)	(559)

(a) A variação observada refere-se ao aumento no volume das aplicações realizadas, e aumento da SELIC no período.

38 Cooperativas Singulares Filiadas				
Transação	Ativo/Passivo		Receita/(Despesa)	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Operações de Crédito	116.643	205.297	6.782	1.239
Financiamentos	-	361	-	14
Repasses Interfinanceiros	223.728	294.490	10.022	5.195
<b>Valores a Receber/Pagar</b>				
Rateio/Alocação Filiadas	419.033	62.344	34.359	27.393
Depósito a Prazo	1.315.970	1.730.895	-	-
Centralização Financeira (a)	9.311.503	6.743.843	(453.393)	(89.737)

Patrimônio Líquido	30/06/2022	30/06/2021
Capital Social	483.033	421.516

(a) A variação observada refere-se ao aumento no volume na Centralização Financeira e aumento da SELIC no período.

A instituição remunera o Sicoob Confederação – CCS, em função da utilização do sistema Sisbr, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

Sicoob Confederação		
Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Sicoob Confederação	950	746

A instituição possui participação nas controladas Sicoob SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A e Sicoob SC/RS Digital Corretora de Seguros S/A, referente ao período, que é distribuído integralmente para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

Corretora de Seguros		
Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Participação a Receber	43.394	36.254

### 37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

Encontra-se disponível no site desta Central, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

#### 37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Diretoria Executiva através do Agente de Controle Internos, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração da Central.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### 37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.



### 37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

### **37.4 Risco de Liquidez**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
  - a.1) limite mínimo de liquidez;
  - a.2) fluxo de caixa projetado;
  - a.3) aplicação de cenários de estresse;
  - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

### **37.5 Risco Socioambiental**

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na *Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

### **37.6 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### **37.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### 38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 39. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	446.087	354.074
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.360.054	1.943.927
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	17,91%	17,55%
Imobilizado para cálculo do limite	5.143	5.391
Índice de imobilização (limite 50%) %	1,15%	1,52%

### 40. Benefícios a Empregados

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** é patrocinadora de um plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores do **SICOOB CENTRAL SC/RS** são equivalentes a no máximo 3% (três por cento) do salário.

As despesas com contribuições efetuadas pela Central totalizaram:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Contribuição Previdência Privada	108	88
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>88</b>



**Rui Schneider da Silva**  
Presidente



**Maria Luisa Lasarim**  
Diretora Operacional



**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da  
Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - SICOOB Central SC/RS

Florianópolis – SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - SICOOB Central SC/RS, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB Central SC/RS em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Cooperativa Central.

## Ambiente de tecnologia da informação

As operações da SICOOB Central SC/RS dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações em seus sistemas de informação que alimentam seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Considerando que o sistema de maior relevância às operações da SICOOB Central SC/RS e sua respectiva estrutura tecnológica são operacionalizados pelo Sicoob Confederação, sociedade cooperativa não financeira de terceiro nível do sistema Sicoob, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes executados por equipe de especialistas no Sicoob Confederação, e em linha aos requerimentos da *NBC TA 402 - Considerações de Auditoria para a Entidade que Utiliza Organização Prestadora de Serviços*.

No curso de nossos exames foi envolvida equipe de especialistas que executaram, entre outros, testes para avaliação do desenho e eficácia operacional de controles gerais sob processos chave de tecnologia da informação, dentre os quais destacamos os processos de gestão de mudança, desenvolvimento de sistemas, monitoramento e backup e gestão de acessos referentes aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

## Transações com partes relacionadas

A Cooperativa Central é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicoob e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do entendimento das políticas e procedimentos que a Cooperativa Central possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal, por parte da administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas da Cooperativa Central. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, para validar a existência, valorização e competência dos saldos registrados nas demonstrações contábeis, bem como a eliminação de seus efeitos, quando aplicáveis. Com base nos exames efetuados, confirmamos que as transações com partes relacionadas seguem condições de mercado. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Cooperativa Central na nota explicativa nº 36, às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 22 de agosto de 2022.



Ronaldo Reimberg Lima  
Contador CRC 1SP215393/O-1

## Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do 1º semestre de 2022 da **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, na forma da legislação em vigor.

### 1. Contexto Operacional:

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS** é uma cooperativa de crédito central, instituição financeira não bancária, fundada em 08/11/1985, com o objetivo, à época, de “organizar em comum e em maior escala os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades”. Em 2009 com a permissão do Banco Central do Brasil passou a atuar também no Rio Grande do Sul, se transformou em Sicoob Central SC/RS.

Possuímos 38 cooperativas singulares filiadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para oferecer produtos e serviços financeiros práticos e modernos – como conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança e muito mais e temos como nossa visão ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

Contamos em 06/2022 com 294 colaboradores no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, sendo estes compostos por 58% de mulheres e 42% de homens.

Em Santa Catarina, o Sicoob possui a segunda maior rede de agências financeiras e é também o segundo maior financiador da produção agropecuária. O Sicoob Central SC/RS tem mais de 1 milhão de associados nos três estados da região Sul: em solo catarinense, nossas cooperativas estão em 280 municípios (94,90%), no Paraná em 35 e em 106 do Rio Grande do Sul, estado para onde o Sistema vem se expandindo. A meta, nos próximos anos, é chegar, em território gaúcho, a todas as cidades com mais de 20 mil habitantes.

### 2. Desempenho Operacional:

No 1º semestre de 2022 o **SICOOB CENTRAL SC/RS** apresentou sobras no valor de R\$ 31.822, que permanecerão na conta “Sobras ou Perdas Acumuladas”, de forma acumulada até 31/12/2022, quando ocorrerão as destinações legais e estatutárias.

### 3. Ativos:

Os recursos aplicados em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 10.732.297 (dez bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, duzentos e noventa e sete mil reais).

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Variação (%)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.756.055	6.885.301	27,17%
Títulos e Valores Mobiliários	1.976.242	1.795.508	10,07%
<b>Total</b>	<b>10.732.297</b>	<b>8.680.809</b>	<b>23,63%</b>

A carteira de crédito apresenta o montante de R\$ 116.643 (cento e dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e mil reais). Podemos observar sua variação no semestre:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Variação (%)
Empréstimos	116.643	203.931	-42,80%
<b>Total</b>	<b>116.643</b>	<b>203.931</b>	<b>-42,80%</b>

O maior devedor representava, na data-base de 30/06/2022, o percentual de 15,98% da carteira, totalizando R\$ 54.402 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e dois mil reais).

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas

pré-estabelecidos, critérios consistentes e prudentes a serem observados e cumpridos, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/1999, havendo uma concentração de 99,74% nos níveis de "AA" a "A".

#### 4. Captação:

As captações, no total de R\$ **1.320.526** (um bilhão, trezentos e vinte milhões, quinhentos e vinte e seis mil reais) apresentaram uma redução em relação ao encerramento do exercício anterior de 13,39% e encontravam-se assim distribuídas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Variação (%)
Depósitos à Vista	3.726	133.129	-97,20%
Depósitos sob Aviso	830	788	5,33%
Depósitos a Prazo	1.315.970	1.390.754	-5,38%
<b>Total</b>	<b>1.320.526</b>	<b>1.524.671</b>	<b>-13,39%</b>

As relações interfinanceiras, no total de R\$ 9.311.503 (nove bilhões, trezentos e onze milhões e quinhentos e três mil reais) apresentaram uma evolução em relação ao encerramento do exercício anterior de 26,73% e encontravam-se assim distribuídas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2021	Variação (%)
Centralização Financeiras Cooperativas	9.311.503	7.343.333	26,73%
<b>Total</b>	<b>9.311.503</b>	<b>7.343.333</b>	<b>26,73%</b>

Os dez maiores depositantes representavam, o percentual de 60,97% da captação, no montante de R\$ 6.477.304 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, trezentos e quatro mil reais).

#### 5. FGCoop e FEF:

Para maior tranquilidade de seus associados, o Sicoob possui fundos para garantir a estabilidade de suas operações financeiras - o Fundo Garantidor de Crédito (FGCOOP) e o Fundo de Estabilidade Financeira (FEF).

O Fundo Garantidor do Cooperativismo Financeiro (FGCoop) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado, de abrangência nacional, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e os bancos cooperativos. Tem como objeto prestar garantia aos depósitos e investimentos dos associados (correntistas), atuando ainda de forma preventiva na manutenção da saúde financeira das cooperativas brasileiras.

As finalidades do FGCoop incluem três aspectos fundamentais, sendo eles: proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista; e contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

A instituição nasceu em um contexto de crescimento e estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) e sua Missão é proteger os depositantes do SNCC nos limites da regulamentação (Resolução nº 4.284/2013 - até o valor de R\$ 250 mil, limitado ao saldo existente), contribuindo para sua solidez, perenidade e imagem.

O FEF é um fundo regional e exclusivo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cobre os riscos sistemáticos, que resultam do sistema político, econômico e social e das características de mercado, como taxas de juros e câmbio. Restabelece limites operacionais e cria reservas, podendo ser usado como garantia de

empréstimos tomados pelas cooperativas para repasse aos associados ou ainda para cobertura de eventuais passivos tributários que possam ser impostos à Central.

## 6. Patrimônio Líquido:

O Patrimônio Líquido em 30/06/2022 do **SICOOB CENTRAL SC/RS** era de R\$ 692.800 (seiscentos e noventa e dois milhões, oitocentos mil reais). O quadro de associados era composto por 38 singulares filiadas.

## 7. Governança Corporativa:

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa central tem na assembleia geral, que é a reunião das singulares associadas, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, subordinado diretamente ao Conselho de Administração **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

Os balanços da cooperativa central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regimento da Diretoria Executiva.

## 8. Direcionadores Estratégicos:

- Propósito  
Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.
- Missão  
Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.
- Visão  
Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

## 9. Pacto de Ética:

Todos os integrantes da equipe aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Pacto de Ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB e os novos funcionários, ao ingressar no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, assumem o mesmo compromisso.

## 10. Conselho de Administração:

O Conselho de Administração do **SICOOB CENTRAL SC/RS** é composto por 9 membros efetivos, eleitos em assembleia, com mandato até AGO de 2026. O mandato tem duração de quatro anos e se encerra no momento da posse de seus substitutos. A recondução dos membros é permitida desde que haja renovação obrigatória de um terço dos participantes. Entre suas competências está a definição das diretrizes a serem seguidas pela administração da cooperativa.

## **11. Conselho Fiscal:**

Eleito em Assembleia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal é composto por 6 membros, sendo 3 efetivos e 3 suplentes, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## **12. Canais de Comunicação ou Denúncia:**

### **12.1 Ouvidoria**

O Sistema de Ouvidoria do Sicoob é composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

O Banco Sicoob e o CCS – Centro Compartilhado de Serviços do Sicoob, firmaram um convênio com objetivo de compartilhar o Componente Organizacional de Ouvidoria Único, mantido no Banco Sicoob para utilização pelas Cooperativas Singulares aderentes, por meio de um Termo de Adesão, integrando todas as regras, condições, direitos e obrigações decorrentes do convênio, nos termos da Resolução CMN nº 4.860/2020.

Todas as demandas inseridas no Sistema de Ouvidoria do Sicoob (SOS), são respondidas dentro do prazo estipulado pela Ouvidoria do Sicoob, com base na Resolução CMN nº 4.860/2020 e em conformidade com as orientações constantes do Manual de Instruções Gerais (MIG) - Apoio à Ouvidoria.

Durante o 1º semestre de 2022 não houve registros de demandas recebidas na Ouvidoria.

### **12.2 RDR**

O Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informações (RDR/Bacen) é um aplicativo destinado ao registro e ao encaminhamento de denúncias e reclamações apresentadas ao Banco Central do Brasil por clientes das instituições financeiras, das administradoras de consórcios e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Cooperativa monitora o Registro de demandas dos Cidadãos junto ao (RDR) diretamente relacionadas à Cooperativa. São realizadas as consultas no Centro Administrativo da Cooperativa pela área de Comunicação e são encaminhadas para as áreas e/ou pontos de atendimento correspondentes para o devido tratamento.

Durante o 1º semestre de 2022, 01 registro foi aberto e tratado dentro dos prazos legais.

### **12.3 Canal do Reclame Aqui**

Reclame Aqui, é um canal aberto, o maior site de reclamação e reputação de empresas do país, recebe reclamações de todas as empresas. O CCS é responsável por realizar o monitoramento diário no site do reclame aqui, em nome das cooperativas do Sicoob. Todas as demandas identificadas são encaminhadas para o Sicoob Central SC/RS, que é responsável por enviar a demanda para a singular.

Durante o 1º semestre de 2022 não houve registros de demandas recebidas.

### **12.4 Canal de Indícios e Ilícitude**

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/2020, foi disponibilizado no site da Cooperativa o canal por meio do qual funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem reportar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da instituição. As mensagens enviadas através deste canal são recebidas e analisadas pelo Sicoob Central SC/RS e em seguida encaminhadas para a Cooperativa.

Durante o 1º semestre de 2022, 02 registros foram abertos e tratados dentro dos prazos legais.



### 13. Sistema de Ouvidoria:

O Sistema de Ouvidoria do Sicoob é composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pelo empenho e dedicação, aos Conselheiros de Administração pelo trabalho e dedicação nas deliberações para a gestão, aos Conselheiros Fiscais por se debruçarem e avaliarem os processos e as atividades desenvolvidas.

Finalizando, agradecemos também às Comunidades onde o **SICOOB CENTRAL SC/RS** atua, especialmente em função da sua crescente compreensão do cooperativismo e engajamento junto ao Sistema Sicoob.

**Conselho de Administração**  
**Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul**  
**Sicoob Central SC/RS**



Rui Schneider da Silva  
Presidente

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB Central SC/RS, dando cumprimento às nossas funções legais e estatutárias, após analisarmos todas as peças contábeis que compõem o Balanço Geral, encerrado em 30 de junho de 2022, bem como Parecer Técnico dos Auditores Independentes, achando tudo em ordem e de conformidade com a legislação vigente, aprovamos as demonstrações apresentadas.

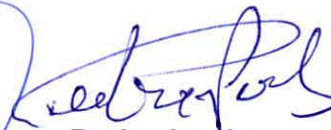
Florianópolis/SC, 26 de agosto de 2022.



**Elmo Meurer**  
Conselheiro Fiscal



**Paulo Renato Camillo**  
Conselheiro Fiscal



**Pedro Locks**  
Conselheiro Fiscal